

30º Encontro Anual da ANPOCS

(24 a 28 de Outubro de 2006)

Seminário Temático:

Modernidade, cultura e entretenimento (ST07)

Artigo:

Lazer e Desigualdades Sociais:
um estudo sobre as atividades de lazer em
Belo Horizonte

Autores:

Luiz Flávio Neubert (Mestrando UFMG)
Arnaldo Mont´Alvão (Mestrando UFMG)
Neuma Aguiar (Prof. Titular UFMG)

Lazer e Desigualdades Sociais: um estudo sobre as atividades de lazer em Belo Horizonte.

“Todos os homens se dividem, em todos os tempos e também hoje, em escravos e livres; pois aquele que não tem dois terços do dia pra si é escravo, não importa o que seja: estadista, comerciante, funcionário ou erudito.” (F. Nietzsche)

1 - INTRODUÇÃO

O embate entre os valores que compõem a moral do trabalho e a do lazer constitui um dos principais temas relativos às mudanças sociais ocorridas a partir dos acontecimentos que marcaram a história do século XX. Uma das questões que têm rendido um grande debate entre sociólogos e filósofos diz respeito à dúvida sobre se estamos vivendo as últimas conseqüências do que se convencionou chamar de “modernidade” ou se experimentamos uma nova era, que poderia ser denominada “pós-modernidade” ou “sociedade pós-industrial”. É fato que, depois da Revolução Industrial ocorrida no século XVIII na Europa, de onde surgiu a nova ordem social chamada de “modernidade”, veio o século XX que comportou mudanças radicais, cujas conseqüências tomaram uma amplitude nunca antes vista em outras épocas da história humana. Entre as novidades, atores sociais, como os jovens e as mulheres, tomaram as rédeas de importantes movimentos sociais que reivindicavam mudanças no âmbito dos valores (Dumazedier, 1976: pp. 40-46), assim como grandes disputas de poder que marcaram a história de vários países, como as duas Grandes Guerras e a Guerra Fria que evidenciaram, antes de tudo, o nível de destruição que o armamento militar atingiu nos últimos tempos (Giddens, 1991b). Além disso, também podemos citar a crescente preocupação com problemas ambientais e ecológicos, conseqüência do crescente uso da tecnologia e do consumo em massa de produtos industrializados (*op.cit.*), a crescente expansão da ideologia neoliberal e do capitalismo, a revisão do papel do estado-nação em um contexto de relações internacionais, etc¹.

1-Não pretendemos entrar na importante discussão que o tema acima implica. O objetivo deste artigo é menos ambicioso e segue outra direção. Afirmamos, como pressuposto, que de fato estamos vivendo um momento diferente daquele que marcou a era da maquinaria na Inglaterra do século XVIII e dos modos de vida desenvolvidos no século XIX.

O lazer, como fenômeno social, é um importante elemento que compõe as múltiplas dimensões da “contemporaneidade”. Em países avançados, nos quais o desenvolvimento tecnológico-científico é convertido em bem-estar para os indivíduos e a distribuição da riqueza produzida é mais igualitária, o lazer é uma atividade considerada essencial na vida das pessoas. Em tais nações, segundo De Masi, o valor do trabalho já estaria sendo superado, pois “através do trabalho, o homem realizou a sua condição industrial; através do direito ao ócio, o homem realizará a sua condição pós-industrial” (2001: p.14). O otimismo com que esse autor defende o “ócio criativo” (2001: p.26) tem de ser aceito com reservas, principalmente se queremos tratar do lazer em países em desenvolvimento (como o Brasil).

Nesse sentido, algumas questões são de extrema importância para entender o fenômeno do lazer em sociedades urbanas, como o fato de elas serem marcadas pela convivência de disparidades econômicas e culturais, por apresentarem altas taxas de desemprego, altos índices de violência, falta de infra-estrutura pública para a prática de lazer, principalmente nas periferias urbanas, etc.

A comparação entre comportamentos e atitudes em diferentes sociedades ou entre diferentes grupos de uma mesma sociedade é um bom modo de conhecer a diversidade de estilos de vida que compõem a contemporaneidade e que estão intimamente ligados à experiência do lazer. Por esse motivo, é importante o esforço de conhecer o fenômeno do “lazer” a partir de diferentes perspectivas, levando em consideração dimensões como a dos valores, dos hábitos, das práticas, das tradições locais, dos conflitos, divisões, estratificação, etc. Segundo o próprio Dumazedier, referência nos estudos sobre o lazer, “na condição de sociólogo, sobretudo das sociedades desenvolvidas, pouco teria a dizer sobre as sociedades em vias de desenvolvimento” (1975: p.61)².

Sabe-se que a inserção dos indivíduos no mundo social se dá de diferentes maneiras, dependendo do gênero, da idade, da origem social, dos recursos materiais, simbólicos e

2-Pois o processo de modernização varia entre as sociedades, as quais apresentam variados graus de industrialização, desenvolvimento, etc. Segundo Tumin (1970), os países da América Latina, por exemplo, misturam estilos de vida diversos (primitivo, camponês e industrial), assim como confluências de critérios tradicionais e modernos que ditam as regras da estratificação social.

culturais em geral, da ocupação principal que o indivíduo exerce, etc. (Bourdieu, 1990, 1983).

Todos esses atributos influenciam a construção da identidade social e, também, a construção do cotidiano. As vinte quatro horas do dia são as mesmas para todos os indivíduos; porém, o modo como cada indivíduo se organiza e experimenta as vinte quatro horas é variado, dependendo de certas causas. Como o lazer faz parte do conjunto das atividades diárias realizadas no cotidiano das pessoas, ele também *pode* variar, tanto em qualidade, quanto em quantidade, dependendo de quem o pratica. Baseado nessas premissas é que se construiu o presente problema de pesquisa.

2 – MARCO TEÓRICO

a) A Ontologia do Elemento Lúdico X O Lazer Moderno

Poderíamos dizer que existem duas concepções principais que tratam do lazer: uma das concepções que pode ser inferida a partir da obra “*Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*” (1971), na qual Johan Huizinga traça o perfil cultural do jogo começando pelo elemento lúdico presente nos animais. O jogo, nesta concepção, é uma atividade que possui uma *função significante*, que a distingue das outras atividades cotidianas no caso dos seres humanos e mesmo até dos animais. As principais características do jogo são o fato de ele ser uma “ilusão”, na medida em que se evade da vida real para a realização de uma atividade que é um fim em si mesma. Relacionado à primeira característica, o jogo se situa fora das satisfações imediatas da vida, tendo a função de afirmar a vida cotidiana na medida mesmo em que esta é negada durante um determinado período de tempo; o jogo é limitado e isolado no tempo e no espaço, possuindo uma teleologia própria em relação às demais atividades. Esta concepção pressupõe que o jogo é um elemento comum das diversas culturas, sejam elas mais ou menos desenvolvidas tecnicamente ou intelectualmente. Huizinga vai mais longe ao afirmar que o elemento lúdico é a base para a construção cultural e simbólica dos grupos humanos.

Outra concepção (referência para este estudo) são as idéias elaboradas pelo sociólogo francês Joffre Dumazedier, para o qual lazer é o “conteúdo do tempo orientado para a

realização da pessoa como fim último” (1979: p.91). Dumazedier entende o lazer como um fenômeno moderno, vinculado à construção eminentemente moderna da idéia de “individualidade”, um novo valor social que fora traduzido por um novo direito social, qual seja, do indivíduo dispor de uma determinada quantidade de tempo para a auto-satisfação.

Apesar das analogias que podem ser feitas entre as duas concepções apresentadas, elas guardam distinções importantes. O tempo livre presente em sociedades pré-industriais não correspondia a uma necessidade individual, mas era um resultado do acaso, muitas vezes indesejado. O tempo sem trabalho não era desfrutado com prazer, já que era resultado das variações climáticas que favoreciam ou não o trabalho agrícola. Além disso, as festas e rituais também obedeciam a um calendário submetido às variações sazonais e possuíam um caráter obrigatório que inexistia no lazer moderno (Sue, pp.18-19). No contexto europeu do século XIX, na medida em que o trabalho assalariado nas fábricas foi surgindo, os camponeses trocaram o trabalho descontínuo do campo pelo trabalho permanente nas cidades. O trabalho, neste momento, tem uma forte preponderância sobre a vida dos indivíduos, restando aos trabalhadores (fora do tempo de trabalho) apenas o tempo necessário para a reprodução da força de trabalho. A idéia defendida pelos economistas do século XIX de que a acumulação de capital era necessária ao desenvolvimento econômico colaborou com a origem de uma moral do trabalho, herdeira de uma vertente do puritanismo protestante, como demonstrou Max Weber (2001), a qual impôs uma rígida jornada de trabalho em nome do progresso. O trabalho como dever moral, ligado à salvação dos crentes, negava o ócio tanto do ponto de vista econômico, como moral, pois incitava o consumo ou facilmente se degenerava, levando ao vício e à delinquência (algo que em uma sociedade baseada na produção e no acúmulo não era visto com bons olhos) (Sue, p.20).

b) Lazer e Hierarquia Social

A mais famosa teoria sobre este tema fora elaborada por T. Veblen e apresentada na obra “A teoria da classe ociosa” (1965), na qual o pensador elabora uma tese peculiar sobre a evolução da relação entre estratificação social e os estilos de vida.

Segundo este estudo, a primeira versão da divisão do trabalho que resultou em uma classe ociosa e em uma trabalhadora foi gerada pela distinção entre o trabalho feminino e trabalho masculino. Assim, o primeiro tipo de propriedade entre os grupos humanos foi a própria figura feminina e o costume de tomar as mulheres do inimigo, como troféu, resultou na primeira forma de casamento-propriedade. Como consequência da emulação, neste estágio predatório, surgiu o casamento e o costume da propriedade. Com o desenvolvimento desses elementos, instala-se gradualmente um sistema de propriedades mais complexo.

Nos estágios mais avançados, apesar do valor das coisas serem também medidos pela utilidade, o elemento honorífico que é atribuído ao proprietário dos bens é tão importante quanto. A aquisição e acumulação de bens, dentro deste mecanismo, não são justificadas pelo consumo simplesmente, mas sim, pela *emulação*. A posse confere honra e, conseqüentemente, uma divisão injusta, diferenciadora. Portanto, a propriedade não tem a mínima relação com a subsistência. O objetivo real da posse sempre foi, segundo Veblen, a distinção odiosa entre os que possuem e os que não possuem riqueza.

Com o advento da atividade industrial, gradativamente, a honra se liga mais à posse da propriedade de bens do que à realização de façanhas própria da atividade predatória. Quando a propriedade se torna a base convencional da estima social, a riqueza adquirida por descendência se torna mais honrosa ainda do que a adquirida pelo próprio esforço, já que isso demonstra um grau maior de ociosidade na aquisição e, portanto, confere maior grau de distinção. Assim, a cada *padrão pecuniário* corresponde uma nova *classificação pecuniária*, o que garantiria a constância do mecanismo distintivo e diferenciador. Para Veblen, então, há uma constante em qualquer grupo social, qual seja, a luta por honorabilidade baseada na comparação odiosa de prestígio entre os indivíduos.

Os motivos que levam o homem a acumular riquezas, de acordo com este postulado, é a *emulação pecuniária*, “a comparação entre indivíduos, classificando-os e estimando-os no tocante ao seu valor relativo, num sentido estético ou moral”. No tocante às classes inferiores, o único modo destas adquirirem bens é através do trabalho produtivo. Para estes, o trabalho é fonte de orgulho, já que essa é a única forma de emulação que lhes foi permitida. Diferentemente da classe superior, que se abstém de qualquer trabalho produtivo, tido como depreciador e símbolo de fraqueza, portanto, uma marca de inferioridade para quem o realiza. Percebe-se que, para obter e manter a consideração alheia, não basta simplesmente a acumulação de bens e de poder. É preciso que esses dois últimos elementos sejam notáveis, patentes aos olhos alheios. Portanto, é honroso e útil ter um tempo ocioso conspícuo e evitar o contato com os processos produtivos ligados às necessidades da vida cotidiana humana. O homem poderoso demonstra sua força pecuniária quando ele pode viver confortavelmente sem despender esforço algum. Eis o que surge assim a denominada *classe ociosa* e o ócio deste grupo de indivíduos, pelo fato de ser explícito, chama-se *ócio conspícuo*. A classe ociosa corresponde à classe dos que não trabalham porque muitos outros fazem por eles. Através desse comportamento, eles garantem a manutenção da distinção e a obtenção da honra que, por definição, é algo escasso e para poucos.

Apesar da aparente semelhança entre a teoria sobre a classe ociosa de Veblen e a teoria de Bourdieu sobre a distinção como elemento fundamental na constituição do mundo social, segundo este último, elas nada têm a ver entre si. Para Bourdieu, o capital simbólico, enquanto signo distintivo, nada tem a haver com o conceito de “consumo conspícuo”, já que não há *intencionalidade* na distinção (1990: p.160). A diversificação entre pessoas não é resultado de um esforço autônomo e deliberado, mas está inscrita objetivamente no mundo social, organizado segundo a lógica da diferença. O espaço social, que é por definição simbólico e nada tem a ver necessariamente com as divisões geográficas do espaço, é “um espaço de estilos de vida e de grupos de estatuto, caracterizados por diferentes estilos de vida” (*op.cit.*).

Atento às divisões e conflitos que o mundo social intrinsecamente produz, a idéia de “estilo de vida” não só revela os significados subjetivos partilhados por um determinado grupo de pessoas, mas é, também, expressão de uma estrutura mais durável, o *habitus*, que compõem a cognição e percepção dos indivíduos ao mesmo tempo em que os situam em suas respectivas posições no “mapa social” (1990: p.158). Os diferentes estilos de vida sofrem dos constrangimentos que as divisões e diferenciações sociais engendram, sendo expressos por conjuntos de preferências que distinguem as pessoas através dos capitais cultural, social e econômico transmutados em capital simbólico. Os estilos de vida, portanto, classificam as pessoas, representando traços distintivos que dependem da origem social dos seus portadores (Bourdieu, 1983).

Ao tratar dos tipos de capital simbólico, da formação das classes sociais e dos grupos de *status*, Bourdieu retoma uma conhecida discussão no campo da estratificação social, que teve início a partir momento que Weber criticou o modelo de divisão social defendido pelo pensamento marxista, qual seja, de que a sociedade capitalista é basicamente composta por duas classes principais, a dos detentores dos meios de produção e a dos trabalhadores que vendem a própria força de trabalho.

c) Estratificação Social

Se o Lazer é um fenômeno próprio do período moderno, devemos encontrar as características próprias da composição social presente neste período histórico, trazendo à tona, também, os elementos contemporâneos que delineiam a estratificação social nas sociedades ocidentais atuais.

A estratificação social é um fenômeno de raízes históricas profundas, pois está presente em todos os grupos sociais desde tempos imemoriáveis. Segundo Tumin (1970) há uma disposição geral em todos os grupos ou sociedades para hierarquizar posições desiguais com relação ao poder, à propriedade, ao prestígio e honra, etc. A estratificação social gera dois conjuntos de conseqüências para os indivíduos: as *oportunidades de vida* e os *estilos de vida* (*op. cit.*, p.35). A primeira conseqüência diz respeito às condições de vida que a posição do indivíduo engendra, que são estruturais, portanto, involuntárias, impessoais e

determinadas (como proporção e incidência de mortalidade infantil, longevidade, doenças físicas e mentais, conflito conjugal e separação, etc.). A segunda consequência diz respeito às diferenças de preferências, gostos e valores típicos de cada posição na sociedade (tipo de residência, alimentação, vestuário, atividade recreativa, produtos culturais, tipo de livros, espetáculos e programas de televisão, etc.).

Para se entender bem o fenômeno da estratificação social na contemporaneidade, é imprescindível que retomemos conceitos e teorias elaboradas por Marx e por Weber³. Ambos os pensadores investigaram, dentre outras coisas, a formação histórica que precedeu a modernidade e, também, a formação da própria modernidade.

Porém, como é sabido, Weber foi um importante crítico do materialismo histórico, conceito chave do pensamento de Marx (como também foi dito no sub-capítulo anterior). Portanto, há diferenças na forma como cada autor elaborou seus conceitos e teorias sobre a estratificação social. À frente, seleciono alguns temas importantes e ressalto as divergências metodológicas que diferenciam Weber de Marx.

Marx, como se sabe, entende que a estratificação social é fruto da divisão do trabalho que, por sua vez, é resultado do modo como se estabelece o sistema de produção e a forma de propriedade. Outro pressuposto metodológico é o fato do autor compreender a história de forma teleológica, o que permite falar em etapas de desenvolvimento das sociedades e grupos humanos. As etapas podem ser delimitadas a partir da detecção da forma de propriedade predominante daquela formação histórico-social. Antes da Revolução Industrial, a primeira etapa histórica corresponde àquela que predomina a forma de propriedade tribal, na segunda etapa predominaria a propriedade comunal antiga, seguida da terceira etapa, na qual a propriedade feudal (estamental) é o eixo da hierarquia social.

No século XVIII, em meio às mudanças históricas e sociais em andamento, surgiu o questionamento das relações de poder que eram a base da estratificação social na época. Os alicerces do Antigo Regime estavam se desmoronando e abrindo espaço para o surgimento

3-Todas as idéias sobre os dois pensadores foram baseadas na obra “Castas, estamentos e classes sociais” (2002) do autor Sedi Hirano.

de uma nova formação social. Os séculos XVII e XVIII são marcados pelo enfraquecimento das instituições feudais e pelo fim da monarquia absolutista e sustentava o *sistema estamental*.

O regime estamental e a propriedade feudal foram substituídos pela modernidade e pela propriedade capitalista, etapa também chamada de “sociedade industrial” ou “sociedade de classes”.

A Revolução Francesa e a Revolução Industrial marcam e direcionam a mudança da sociedade feudal para a sociedade de classes. O advento da estrutura burocrática, para Marx, é o presságio para a tomada de poder pela burguesia. Portanto, o estado moderno, a burguesia e as classes sociais substituem as instituições que compunham a ordem estamental, dentre elas a nobreza laica, a nobreza eclesiástica e a propriedade feudal.

Se Marx pensou as formações sociais dentro de formações históricas específicas, Weber, diferentemente, elabora *tipos-ideais* que são polivalentes historicamente, o que significa que servem para pensar a estratificação em diversos períodos históricos.

Para Weber, existem basicamente três ordens que conformam as desigualdades sociais em um grupo ou sociedade: a *ordem econômica*, relacionada às oportunidades de vida, de consumo, etc. dos indivíduos (ordem que gera as classes sociais ou a situação de mercado); a *ordem social*, que direciona a distribuição da honra e do prestígio social (ordem que gera os estamentos); a *ordem jurídica*, que distribui as cotas de poder (ordem que gera os partidos políticos). Toda formação social terá pelo menos um desses componentes básicos operando nas divisões e desigualdades sociais.

Segundo o mesmo autor, a sociedade moderna comporta diferentes ordenações de poder, dada a diversidade de instituições sociais⁴. As classes sociais reúnem os indivíduos em uma mesma situação de mercado, com a mesma capacidade de consumir bens e serviços.

A origem dos atributos gerados por tal ordenação pertence, por exemplo, à esfera do trabalho, das ocupações e profissões. Já a distribuição de bens simbólicos, como a honra e o prestígio, pode ser percebida através da valorização que é dada a alguns especialistas e profissionais, como mestres e professores, médicos, militares, etc., Tais posições são mais valorizadas socialmente que outras, mesmo que essa importância não seja revertida em capital econômico. Por fim, a ordem jurídica distribui o poder entre grupos que buscam determinados fins e são formados por pessoas que compartilham algum tipo de interesse ou ideologia, como, por exemplo, os sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais com causas específicas (associações de bairro, movimento dos consumidores e das donas-de-casa, etc.).

Portanto, é limitado pensar que as classes sociais são suficientes para entender a estratificação social. Elas são centrais na divisão social moderna, porém, elas não representam blocos consolidados de ação, como Marx acreditava.

Tocqueville é um pensador que defende a idéia de que o conceito de “classes” não é suficiente para entender por completo o desenvolvimento das sociedades capitalistas, altamente industrializadas e urbanizadas. Se no século XIX há uma predominância da sociedade de classes, no século XX o próprio desenvolvimento do sistema de produção e de consumo, da divisão do trabalho e da burocracia estatal e formação dos estados-nação, etc. gera uma nova organização social na qual as classes é apenas um dos traços que compõem a estratificação social (Nisbet, 1966).

O desenvolvimento do estado e a conseqüente centralização política, o advento do individualismo e a consolidação da democracia como uma referência para a organização política e social resultaram em uma dispersão do poder entre a massa formadora da democracia, além da presença cada vez maior do estado na vida dos indivíduos através da

4-A partir do século XIX, tendo em vista a revolução burguesa e a revolução industrial, o conceito de classe se tornou central na análise social. Diferente da hierarquia tradicional, que apresentava uma continuidade entre as posições sociais (servo/escravo e senhor, reis e súditos, etc.), a divisão de classes revela outra forma de organização, baseada no conflito e na descontinuidade (Nisbet), inaugurando novas formas de subordinação e de poder.

expansão do aparato burocrático e da virtual aceitação da idéia de igualdade. Neste contexto, a competição por riqueza se dá por meio de formas fluídas de aquisição que o capitalismo desenvolve, tendo como objetivo a aquisição, por parte indivíduo, de um certo *status* social.

Portanto, na contemporaneidade, as classes se desfazem enquanto unidades agregadoras e se torna uma referência econômica que não constrói, necessariamente, laços sociais ente os indivíduos.

Também para Tönnies o individualismo e a forte característica pecuniária do sistema capitalista enfraquecem os modos de diferenciação social que não estão estritamente ligados à acumulação da riqueza. A ênfase na luta individual por *status* se combina com a ênfase na acumulação de capital de forma individualizada. Essas idéias nos leva a crer que, para o presente estudo, não podemos utilizar as classes sociais como referência, mas sim, os grupos de *status* flutuantes, móveis, constituídos por indivíduos em busca de ascensão social (Nisbet, 1966).

3 – OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

A hipótese mais geral e abstrata que defendemos é a seguinte: que além de fatores como o estado civil, a renda, a idade, a raça e o sexo, a ocupação principal que o indivíduo exerce cumpre um papel crucial na construção do cotidiano e, conseqüentemente, na alocação e organização das outras atividades diárias, como as atividades de lazer. Esse pressuposto nos faz pensar na hipótese de que existe uma diferenciação na vivência do lazer, tanto no que diz respeito às atividades praticadas, quanto ao tempo que se dedica a elas. É uma questão de *estilos de vida* engendrados por fatores estruturais da divisão social das tarefas e dos recursos econômicos e culturais desigualmente distribuídos. Como se demonstra desde os estudos de Veblen, o lazer sofre dos constrangimentos e condicionamentos produzidos no seio da estrutura social (Dumazedier, 1994: p.194).

A pergunta empírica a ser respondida é a seguinte: *como se comportam as dimensões do tempo de trabalho e do tempo de lazer com relação à estratificação social entre os*

indivíduos adultos (18 a 65 anos de idade) participantes da força de trabalho economicamente ativa em Belo Horizonte (ou seja, indivíduos que possuíam uma ocupação principal ou também uma ocupação secundária que realizam como trabalho remunerado em um dia de semana e em um dia de fim de semana)?

4 – METODOLOGIA DE PESQUISA

a) Pesquisa de Usos do Tempo (Fonte de Dados)

Os dados utilizados nas análises do presente objeto de investigação foram construídos a partir da realização do projeto de pesquisa “Múltiplas temporalidades de referência: trabalho doméstico e trabalho remunerado: análise dos usos do tempo em Belo Horizonte, Minas Gerais: um projeto piloto para zonas metropolitanas brasileiras” (Aguiar, 2000) idealizado e coordenado pela professora titular Dr. Neuma Aguiar do referido departamento. Tal empreendimento foi financiado pelo órgão fomentador de pesquisas CNPq.

O projeto teve como objetivo desenvolver métodos de pesquisa que contemplem a diversidade das condições de vida da população brasileira, sendo o ponto central análise os arranjos de usos do tempo que compõem a vida cotidiana. Como uma grande proporção da população brasileira possui baixo grau de instrução, foram também desenvolvidos métodos de coleta de dados que abrangessem tal grupo de pessoas. Através da análise do cotidiano das pessoas, procurou-se captar a divisão do trabalho doméstico por gênero e as conseqüências dessa divisão na capacidade de organizar as outras atividades da vida social.

O instrumento básico de coleta de dados sobre os usos do tempo é o *diário de usos do tempo*. Essa técnica de pesquisa consiste em elaborar um questionário que permita ao respondente registrar as atividades que ele realiza durante as vinte e quatro horas do dia, assim como o tempo de duração de cada uma delas. Como podem ser realizadas várias atividades ao mesmo tempo (como passar roupa e ouvir música, ler jornal e deslocar de ônibus), no diário é possível diferencia-las em “atividades principais” e “atividades secundárias”. As atividades principais correspondem às que têm início anteriormente a qualquer outra, às que duram mais tempo e às que não são decorrência de nenhuma outra

atividade. Além disso, há ainda informações sobre o local em que as atividades são realizadas (em casa ou fora de casa) e a companhia (sozinho, com pessoas estranhas, pessoas conhecidas, pessoas adultas e crianças que co-habitam o mesmo domicílio).

Entre os estudos de usos do tempo, são amplamente conhecidos dois livros de códigos usados para classificar as atividades registradas nos diários: o chamado EUROSTAT (sistema europeu) e o sistema de classificação da ONU (sistema norte-americano). Para os fins da pesquisa, foi elaborada uma síntese dos dois sistemas de classificação de forma que representasse melhor as atividades realizadas no contexto brasileiro, ao mesmo tempo em que fosse possível manter as características essenciais do mesmo, garantindo a possibilidade de comparação dos dados sobre os usos do tempo.

Além dos diários, foram aplicados mais três tipos de questionários: o *questionário auto-aplicado* (respondido por todos os indivíduos da amostra), que contém informações sócio-econômicas dos respondentes; o *questionário do casal ou responsável pelo domicílio*, que contém questões sobre a divisão sexual do trabalho no domicílio; e o *questionário sobre as características do domicílio*.

A pesquisa durou vinte e quatro meses, se estendendo do mês de agosto de 2001 a agosto de 2003, compreendendo nesse período as etapas de elaboração do material de campo, treinamento dos entrevistadores, pré-teste, realização do campo de pesquisa, codificação dos questionários e construção dos bancos de dados. Foram amostrados 400 domicílios, dos quais 371 colaboraram efetivamente com a pesquisa. Todos os indivíduos com mais de 8 anos de idade foram convidados a participar, num total de 1.184 indivíduos registrados. Para cada domicílio, foi amostrado um dia de semana (segunda a sexta-feira) e um dia de final de semana (sábado ou domingo) para que fossem preenchidos dois diários por indivíduo.

b) Sub-amostras

Os dados estão divididos em *duas* sub-amostras nas quais foram selecionados os indivíduos de 18 a 65 anos de idade e que são economicamente ativos. Uma das amostras

se refere aos indivíduos que responderam um diário de usos do tempo em um *dia de semana* e a outra se refere aos indivíduos que responderam um diário de usos do tempo em um *dia de fim de semana*. Entre os 563 indivíduos que responderam um diário de usos do tempo em um *dia de semana*, 51,88% são do sexo masculino e 48,12% são do sexo feminino. Entre os 546 indivíduos que responderam um diário de usos do tempo em um *dia de fim de semana*, 52,12% são do sexo masculino e 47,88% são do sexo feminino.

c) Quadro Operacional da Pesquisa:

Para processar as análises empíricas baseadas no objeto de investigação, escolhemos três variáveis, quais sejam, o *tempo de trabalho*, o *tempo de lazer*, e as *categorias ocupacionais* baseadas na *Escala de Status Sócio-econômico* desenvolvida por Nelson do Vale e Silva e Pastore (2000).

Dentre os bancos de dados descritos no item “4-a”, utilizaremos os dados registrados no banco de dados baseado no *questionário auto-aplicado*, que contém informações sócio-econômicas sobre cada indivíduo; o banco de dados baseado no *diário de usos do tempo preenchido em um dia de semana*, que contém o registro das atividades realizadas durante um dia de semana (segunda, terça, quarta, quinta ou sexta-feira); e o banco de dados baseado no *diário de usos do tempo preenchido em um dia de fim de semana*, que contém o registro das atividades realizadas durante um dia de fim de semana (sábado ou domingo).

A dimensão da estratificação social é representada no teste de hipóteses pela *Escala de Status Sócio-econômico* (Pastore, do Valle e Silva, 2000) referente à ocupação principal que o indivíduo exerce. Esta foi construída com a intenção de “medir a posição real dos indivíduos no mercado de trabalho, indicada pelos recursos que os indivíduos comandam nas suas respectivas posições” (op. cit.). Os referentes empíricos utilizados na elaboração da escala são: o nível educacional e o nível de rendimento dentro de cada categoria profissional. A elaboração consiste em três etapas: a primeira diz respeito à construção da escala para medir o nível educacional e de rendimentos dos indivíduos; na segunda etapa, combinou-se as informações anteriores para cada indivíduo, criando assim uma escala de *status* individual; por fim, os *status* individuais foram combinados entre si em cada

ocupação, obtendo-se o *status* ocupacional. Este agrupamento segue critérios de distância social e carrega consigo, além da mensuração inicial da posição socioeconômica, outros critérios referentes, principalmente, à distinção entre ocupações manuais e não-manuais (*op. cit.*: p. 20)

O Índice de Status Sócio-Econômico, como ressaltam os autores, não se trata simplesmente de uma escala de rendimentos, e nem de uma escala de prestígio ocupacional, mas sim, uma escala de posição socioeconômica (*op. cit.*: 19). Ele pode ser agrupado em seis grandes estratos ocupacionais segundo uma elaboração original de Pastore (1979), quais sejam:

- (I) *Baixo-Inferior: trabalhadores rurais não qualificados;*
- (II) *Baixo Superior: trabalhadores urbanos não qualificados;*
- (III) *Médio-Inferior: trabalhadores qualificados e semiqualificados;*
- (IV) *Médio-Médio: trabalhadores não manuais, profissionais de nível baixo e pequenos proprietários;*
- (V) *Médio-Superior: profissionais de nível médio e médios proprietários;*
- (VI) *Alto: profissionais de nível superior e grandes proprietários.*

Optamos por agrupar a escala contínua de *status* socioeconômico entre os estratos ocupacionais descritos acima, uma vez que tal operação não reflete uma posição teórica comprometida com a visão de uma estrutura sólida de classes na sociedade brasileira (Scalon, 1999), mas sim, a percepção de estratos hierárquicos construídos a partir de uma escala hierárquica de posições de mercado, que possibilita análises mais consistentes da estrutura social que investigamos. Entendemos, portanto, que o agrupamento em estratos ocupacionais permite agregar indivíduos com perfis socioeconômicos semelhantes, os quais podem – ou não – estarem ligados à determinação dos tempos de lazer e de trabalho.

No entanto, a subamostra selecionada para este estudo apresentou, inicialmente, um pequeno problema para os testes de inferência, pois o estrato (I) *Baixo-Inferior: trabalhadores rurais não qualificados* é composto por apenas 2 indivíduos, número que invalida qualquer inferência estatística em relação a este grupo (isso já era previsto, já que a

pesquisa de usos do tempo foi realizada em uma zona urbana). Devido à proximidade do estrato (I) *Baixo-Inferior: trabalhadores rurais não qualificados* em relação ao estrato (II) *Baixo Superior: trabalhadores urbanos não qualificados*, optamos por somar os indivíduos classificados no primeiro estrato aos do segundo, sendo que utilizamos, portanto, somente os estratos II, III, IV, V, VI.

Além da dimensão da estratificação social, é necessário apresentar as atividades diárias que correspondem à operacionalização dos conceitos de “tempo de trabalho” e “tempo de lazer”, de acordo com o Livro de Códigos utilizado na Pesquisa de Usos do Tempo em Belo Horizonte (Aguiar, 2000). As atividades estão agrupadas em dez grandes grupos, quais sejam:

- (0) *Cuidados Pessoais (dormir, comer, lavar-se e vestir-se, etc.);*
- (1) *Atividades com Rendimentos (trabalho principal com rendimentos, trabalho secundário);*
- (2) *Estudo;*
- (3) *Cuidados com o Domicílio e a Família (manejo de alimentos, manutenção do domicílio, cuidados com têxteis, compras e serviços, consertos em casa, cuidados com crianças, etc.);*
- (4) *Trabalho Voluntário e Reuniões (trabalho voluntário, reuniões, atividades religiosas);*
- (5) *Vida Social e Lazer (socialização, visitas, festas, cinema, teatro e concertos, exposições, descanso);*
- (6) *Esportes e Atividades ao Ar Livre (exercícios físicos, fazer cooper, jogar bola, caçar e pescar);*
- (7) *Hobbies e Jogos (artes, uso de computador e jogos);*
- (8) *Meios de Comunicação de Massa (leitura, assistir televisão, ouvir rádio, etc.);*
- (9) *Viagem e Uso Não Especificado de Tempo (deslocamento entre as atividades).*

O *tempo de trabalho* será medido em minutos através da duração das atividades agrupadas no item “1” (atividades com rendimentos, seja o trabalho principal e secundário) e algumas atividades do item “9” (como viagem durante o trabalho), que podem ou não ter sido realizadas pelo indivíduo em um dia de semana e/ou em um dia de fim de semana. O *tempo de lazer* será medido, também em minutos, através da duração das atividades agrupadas nos itens “5”, “6”, “7”, “8”, assim como através de algumas atividades que estão incluídas no item “4” (trabalho voluntário).

5 – ANÁLISE DOS DADOS

Os testes estatísticos realizados procuram identificar em que medida a variância das médias de tempo *no interior* de cada estrato ocupacional corresponde à variância das médias de tempo *entre* os estratos (Triola, 1998), ou seja, calcula as médias de tempo entre os estratos ocupacionais levando em conta a variância interna de cada um. O teste mais apropriado é a *Análise de Variância ANOVA*, uma vez que se trata de uma relação entre uma variável categórica (estrato ocupacional), e variáveis contínuas (tempo de lazer e tempo de trabalho). Como complemento à análise, utilizamos o *Teste Bonferroni*, que nos permite analisar o grau de significância das relações entre pares de estratos, minúcia essa que a ANOVA não permite realizar (lembramos que todos testes aqui realizados levam em conta o intervalo de confiança de 95%).

a) LAZER em um Dia de Semana e em um Dia de Fim de Semana (Estatística Descritiva).

A tabela seguinte mostra a descrição do tempo de lazer em um *dia de semana* em cada estrato ocupacional. Além da média de tempo, a tabela apresenta o desvio-padrão em relação à média, o valor mínimo e o máximo de tempo despendido por um indivíduo com a atividade. Nota-se o elevado valor do desvio-padrão em relação à média de tempo de lazer em cada grupo. Isso significa que a variabilidade dentro de cada estrato é alta. No que tange a este período da semana, o estrato (II) *Baixo Superior: trabalhadores urbanos não qualificados* apresentam maior média de tempo de lazer (186,30 min.), enquanto que o estrato (III) *Médio-Inferior: trabalhadores qualificados e semiquualificados* apresenta a menor média (157,64 min.).

Estatística Descritiva - Semana

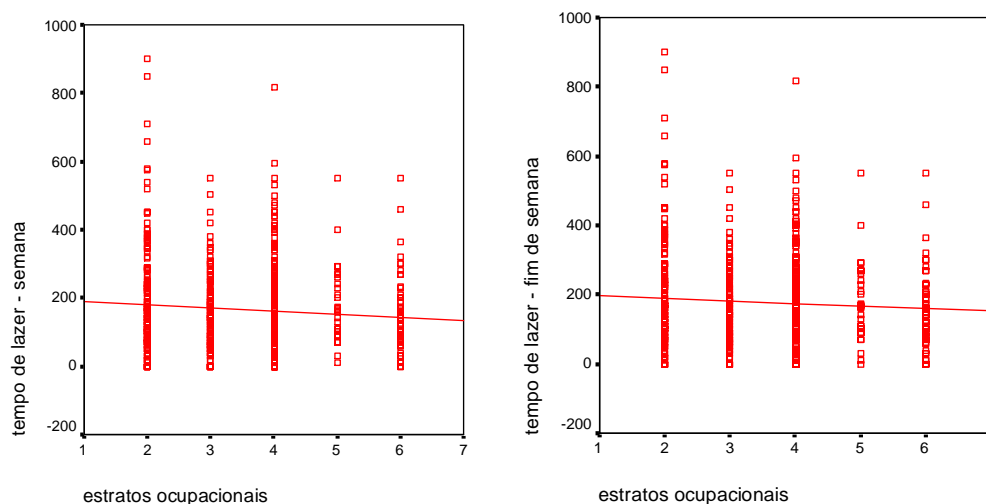
tempo de lazer					
	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
2	145	186,3069	160,37451	,00	900,00
3	122	157,6488	117,26896	,00	550,00
4	213	163,7491	126,22311	,00	817,02
5	23	168,7967	111,02088	10,00	550,00
6	59	140,4994	109,04992	,00	550,00
Total	563	165,9920	132,24903	,00	900,00

Também em relação ao lazer em um *dia de fim de semana*, a tabela abaixo indica que os desvios-padrão em relação às médias de tempo de lazer de cada estrato ocupacional são altos, revelando a grande variabilidade presente em cada grupo. O estrato (II) *Baixo Superior: trabalhadores urbanos não qualificados* possui a maior média de tempo de lazer em um dia de fim de semana (190,82 min.) e o estrato (V) *Médio-Superior: profissionais de nível médio e médios proprietários*, a menor média nesse período (140,70 min.).

Estatística Descritiva - Fim de Semana

tempo de lazer					
	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
2	141	190,8280	159,68698	,00	900,00
3	118	163,0931	115,47934	,00	550,00
4	201	173,1605	122,48920	,00	817,02
5	28	140,7012	119,57802	,00	550,00
6	59	142,0526	108,74525	,00	550,00
Total	546	170,5720	130,83392	,00	900,00

Os seguintes gráficos de dispersão nos dão uma idéia da variação dos tempos de lazer individuais no interior de cada estrato ocupacional para os dois períodos analisados:



A inclinação das retas que cortam os estratos ocupacionais nos gráficos acima indica que não há uma forte relação entre os estratos ocupacionais e o tempo de lazer dos indivíduos, tanto para um dia de semana quanto para um dia de fim de semana.

b) LAZER em um Dia de Semana e em um Dia de Fim de Semana (Análise de Variância).

O teste apresentado abaixo indica que a relação entre *tempo de lazer em um dia de semana* e os estratos ocupacionais não é significativa (já que o valor de *Sig.* é superior à 0,05), portanto, devemos *aceitar* a hipótese nula de que a variância do tempo de lazer dentro dos estratos é igual à variância entre os estratos.

ANOVA - Semana

tempo de lazer					
	Soma dos		Quadrado das		
	Quadrados	gl	Médias	F	Sig.
Entre Grupos	108209,169	4	27052,292	1,553	,186
Interior aos Grupos	9722862,796	558	17424,485		
Total	9831071,965	562			

Como demonstra o teste abaixo, a relação também não é significativa para um dia de fim de semana, já que o valor de *Sig.* também é superior a 0,05.

ANOVA - Fim de Semana

tempo de lazer					
	Soma dos		Quadrado da		
	Quadrados	gl	Média	F	Sig.
Entre os grupos	138243,227	4	34560,807	2,033	,089
Interior aos grupos	9198314,225	541	17002,429		
Total	9336557,452	545			

Assim, devemos rejeitar a hipótese alternativa de que as variâncias são diferentes, sendo estatisticamente insignificante a relação apresentada entre os estratos ocupacionais e a variação do tempo de lazer nos dois períodos analisados.

c) TRABALHO REMUNERADO em um Dia de Semana e em um Dia de Fim de Semana (Estatística Descritiva).

Como descrito na tabela abaixo, em um *dia de semana*, o desvio padrão do tempo de trabalho remunerado em relação à média no de cada estrato ocupacional também apresenta um valor elevado – porém menor se comparado ao desvio padrão do tempo de lazer nos

dois períodos analisados. Isso indica que a variabilidade do tempo de trabalho remunerado em cada estrato é menor do que a revelada pelas análises do tempo de lazer. Isso quer dizer que os estratos ocupacionais são mais consistentes quando relacionados ao tempo de trabalho remunerado em um dia de semana. No que tange a este período da semana, o estrato (VI) *Alto: profissionais de nível superior e grandes proprietários* apresentam maior média de tempo de trabalho remunerado (545,93 min.), enquanto que o estrato (II) *Baixo Superior: trabalhadores urbanos não qualificados* apresenta a menor média (398,31 min.).

Estatística Descritiva - Semana

tempo de trabalho					
	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
2	145	389,3104	257,88310	,00	1050,00
3	122	433,0712	236,32061	,00	970,00
4	213	450,5567	209,80889	,00	1440,00
5	23	440,7060	222,60603	,00	950,00
6	59	545,9333	180,49610	,00	870,00
Total	563	440,6189	230,11834	,00	1440,00

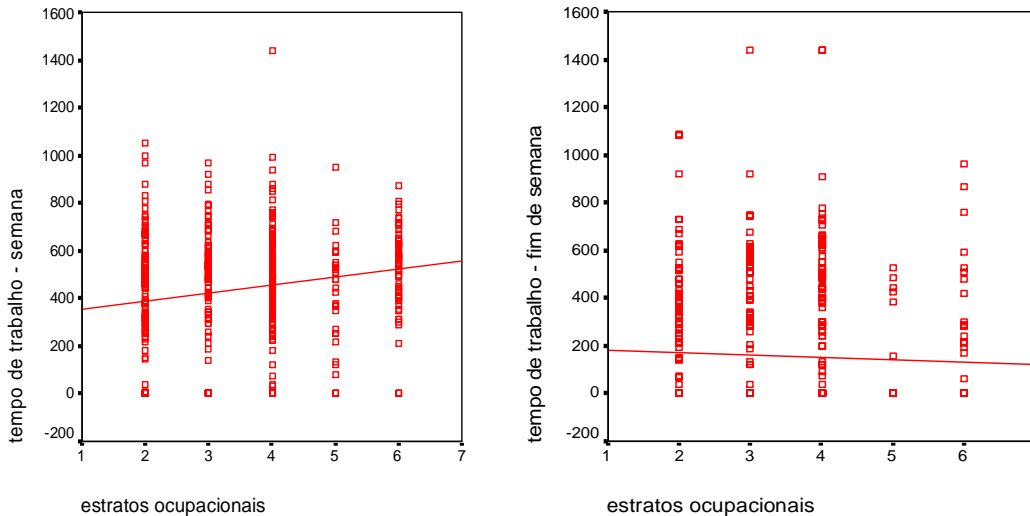
No que concerne a um *dia de fim de semana*, todavia, as estatísticas indicam que, em todos os estratos ocupacionais, o desvio padrão é bem superior às médias em cada estrato. Isso nos permite dizer que a variabilidade do tempo de trabalho remunerado em um dia de fim de semana é a maior aqui apresentada. Significa que o tempo de trabalho remunerado despendido pelos indivíduos em um dia de fim de semana varia muito dentro dos estratos ocupacionais. O estrato (III) *Médio-Inferior: trabalhadores qualificados e semiquilificados* possui a maior média de tempo de trabalho remunerado em um dia de fim de semana (242,45 min.) e o estrato (V) *Médio-Superior: profissionais de nível médio e médios proprietários*, a menor média nesse período (131,88 min.)

Estadísticas Descriptivas - Fim de Semana

tempo de trabalho remunerado

	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
2	141	156,0666	251,86622	,00	1090,00
3	118	242,4505	282,28764	,00	1440,00
4	201	152,6208	266,19833	,00	1440,00
5	28	131,8823	203,18454	,00	527,32
6	59	140,2649	241,10567	,00	960,00
Total	546	170,5939	262,70583	,00	1440,00

Os gráficos de dispersão permitem-nos visualizar melhor essa situação:



Como percebe-se, a inclinação das retas que cortam os gráficos acima indica que há uma associação entre as variáveis do modelo para um *dia de semana*, o que não é possível inferir para um *dia de fim de semana*.

d) TRABALHO REMUNERADO em um Dia de Semana e em um Dia de Fim de Semana (Análise de Variância).

O teste ANOVA apresentado abaixo indica que devemos *rejeitar* a hipótese nula de que a variância do tempo de trabalho remunerado dentro dos estratos é igual à variância entre os estratos para um dia de semana.

ANOVA - Semana

tempo de trabalho					
	Soma dos Quadrados	gl	Quadrado das Médias	F	Sig.
Entre Grupos	1067955,660	4	266988,915	5,191	,000
Interior aos grupos	28697899,643	558	51429,928		
Total	29765855,303	562			

Também para um dia de fim de semana, o teste F indica uma relação significativa – um pouco menos significativa do que para um dia de semana, como demonstrado no teste abaixo.

ANOVA - Fim de Semana

tempo de trabalho remunerado					
	Soma dos Quadrados	gl	Quadrado da Média	F	Sig.
Entre Grupos	800869,896	4	200217,474	2,940	,020
Interior aos Grupos	36842240,348	541	68100,259		
Total	37643110,244	545			

Tanto para um *dia de semana*, quanto para um *dia de fim de semana*, devemos aceitar a hipótese alternativa de que a variação entre os estratos é superior à variação dentro de cada estrato. Isso significa que podemos explorar de forma mais minuciosa as diferenças entre as médias de tempo de trabalho remunerado entre os estratos ocupacionais em cada período de tempo analisado. O mesmo não acontece com o tempo de lazer em um dia de semana e em dia de fim de semana, para o qual o Teste ANOVA não indicou relações significativas, como foi demonstrado acima.

Tendo em vista essas conclusões, somente utilizaremos o Teste Bonferroni para analisar as diferenças das médias de tempo de trabalho remunerado entre os estratos ocupacionais.

e) Teste Bonferroni

O Teste Bonferroni é utilizado para indicar entre quais pares de estratos ocupacionais há uma relação significativa com relação ao tempo de trabalho remunerado, uma vez que o Teste ANOVA se limita a indicar se a variância do tempo de trabalho entre os estratos é superior ou não à variância dentro de cada estrato.

Abaixo o teste foi realizado com relação ao tempo de trabalho remunerado em um dia de semana e em um dia de fim de semana, respectivamente.

Comparações Múltiplas - Semana

Dependent Variable: tempo de trabalho

Bonferroni

(I) estratos ocupacionais	(J) estratos ocupacionais	Diferença das Médias (I-J)	Sig.
2	3	-43,7607	1,000
	4	-61,2463	,124
	5	-51,3956	1,000
	6	-156,6228*	,000
3	2	43,7607	1,000
	4	-17,4856	1,000
	5	-7,6348	1,000
	6	-112,8621*	,017
4	2	61,2463	,124
	3	17,4856	1,000
	5	9,8507	1,000
	6	-95,3765*	,043
5	2	51,3956	1,000
	3	7,6348	1,000
	4	-9,8507	1,000
	6	-105,2273	,597
6	2	156,6228*	,000
	3	112,8621*	,017
	4	95,3765*	,043
	5	105,2273	,597

*. A diferença das médias é significativa ao nível ,05.

Só são significativas as diferenças entre as médias do estrato (VI) *Alto: profissionais de nível superior e grandes proprietários* em relação aos estratos (II) *Baixo Superior: trabalhadores urbanos não qualificados* ($p = 0,000$), (III) *Médio-Inferior: trabalhadores qualificados e semiquualificados* ($p = 0,017$) e (IV) *Médio-Médio: trabalhadores não manuais, profissionais de nível baixo e pequenos* ($p = 0,043$). Isso quer dizer que, nesses casos, quanto mais alto o estrato, maior o tempo dedicado ao trabalho remunerado em um dia de semana, como descrito abaixo:

a) relação significativa entre os estratos (II) e (VI): a diferença das médias indica que os indivíduos do estrato (VI) dedicam cerca de 157 minutos a mais ao trabalho remunerado do que os indivíduos do estrato (II);

b) relação significativa entre os estratos (III) e (VI): a diferença das médias mostra que os indivíduos do estrato (VI) despendem cerca de 113 minutos a mais ao trabalho remunerado do que os indivíduos do estrato (III);

c) relação significativa entre os estratos (IV) e (VI): a diferença das médias mostra que os indivíduos do estrato (VI) dedicam cerca de 95 minutos a mais ao trabalho do que os indivíduos do estrato (III).

Os indivíduos do estrato (V) também dedicam menos tempo ao trabalho remunerado do que os do estrato (VI), porém, o teste de Bonferroni mostra que essa não é uma relação significativa, o que indica que outras variáveis não consideradas no modelo influem na determinação do tempo de trabalho remunerado em um dia de semana.

O mesmo teste foi feito para um dia de fim de semana:

Comparações Múltiplas - Fim de Semana

Dependent Variable: tempo de trabalho remunerado

Bonferroni

(I) estratos ocupacionais	(J) estratos ocupacionais	Diferença das Médias (I-J)	Sig.
2	3	-86,3839	,081
	4	3,4458	1,000
	5	24,1843	1,000
	6	15,8016	1,000
3	2	86,3839	,081
	4	89,8297*	,031
	5	110,5682	,458
	6	102,1856	,145
4	2	-3,4458	1,000
	3	-89,8297*	,031
	5	20,7385	1,000
	6	12,3559	1,000
5	2	-24,1843	1,000
	3	-110,5682	,458
	4	-20,7385	1,000
	6	-8,3826	1,000
6	2	-15,8016	1,000
	3	-102,1856	,145
	4	-12,3559	1,000
	5	8,3826	1,000

*. A diferença das médias é significativa ao nível ,05.

Só é significativa, de acordo com o teste acima apresentado, a diferença indicada entre as médias dos estratos (III) e (VI) ($p = 0,031$): os indivíduos do estrato (VI) dedicam cerca de 90 minutos a mais ao trabalho do que os indivíduos do estrato (III). Para todas as outras relações o valor de “p” (sig.) não é estatisticamente significativo. Isso significa dizer que as diferenças entre as médias de tempo de trabalho remunerado em um dia de fim de semana não são relevantes.

6. CONCLUSÕES

Os resultados dos testes apresentados no item 5 mostram que só há relação significativa entre os estratos ocupacionais e o tempo de trabalho remunerado em um dia de semana, ainda assim, apenas para a relação entre a média de tempo de trabalho do estrato (VI) com a variância das médias dos estratos (II), (III) e (IV). Também para um dia de fim de semana foi encontrada uma diferença significativa entre os estratos (III) e (IV).

No que diz respeito às hipóteses de que há relação entre os estratos ocupacionais e o tempo de trabalho remunerado e de lazer, podemos inferir que quanto maior é o *status* do estrato ocupacional, maior é o tempo dedicado ao trabalho remunerado em um dia de semana.

No que concerne à relação entre os estratos ocupacionais e o tempo de lazer, o Teste ANOVA mostrou que não há relação significativa, ou seja, que a variância do tempo de lazer *dentro* de cada estrato não se diferencia estatisticamente da variância das médias de tempo de lazer *entre* os estratos ocupacionais. Os gráficos de dispersão apresentados no item anterior evidenciam a enorme variação do tempo de lazer em cada estrato.

Como podemos perceber, a hipótese mais geral de que a dimensão da estratificação social gera desigualdades com relação à *quantidade de tempo* dedicado ao lazer não pode ser corroborada através das análises aqui realizadas. Obviamente, sempre temos de levar em conta como os dados são construídos e como se procedeu em relação às análises. Uma classe ociosa como Veblen imaginava pode existir, porém, ela não aparece quando analisamos amostras representativas de uma população. Outra característica deste estudo que é importante destacar é o fato de termos selecionado uma sub-amostra limitada aos

indivíduos adultos e economicamente ativos. Os indivíduos que têm como ocupação principal outras atividades que não o trabalho remunerado não foram incluídos na presente análise, excluindo, portanto, as donas-de-casa, os aposentados, os desempregados e os estudantes.

Tendo em vista essas ressalvas, podemos afirmar que os indivíduos adultos, mesmo que despendam diferentes quantidades de tempo de trabalho remunerado, possuem aproximadamente a *mesma quantidade de tempo de lazer em um dia de semana e em um dia de fim de semana*, quando agrupados em estratos ocupacionais.

Apesar dos indivíduos se dedicarem a quantidades de tempo de lazer aproximadas, a dedicação aos conjuntos de atividades de lazer varia os estratos sociais. Em linhas gerais, é possível dizer que o lazer entre os estratos mais baixos está mais relacionado com a impossibilidade de um tempo regular de trabalho, pois estão mais sujeitos a atividades informais mal remuneradas e inconstantes. Como já fora dito antes quando exploramos a construção histórico-social do lazer no item 2, citando Sue e Dumazedier sobre a característica eminentemente inconstante do trabalho nas eras pré-modernas, há uma diferença entre poder escolher algo para fazer no tempo livre e ser obrigado a fazer algo no tempo ocioso devido à falta de oportunidade de realizar uma atividade remunerada.

Desta forma, percebemos como a dimensão da estratificação social pode influenciar a experiência cotidiana do lazer, não no sentido de possibilitar mais lazer para uns do que para outros, mas no sentido de possibilitar mais oportunidades de escolha da atividade a ser praticada no tempo livre. Por exemplo, podemos apontar a tendência dos indivíduos incluídos nos estratos ocupacionais mais baixos de dedicarem mais tempo a atividades de “comunicação de massa” (assistir tv, escutar rádio ,etc.) do que os indivíduos situados nos estratos mais altos, os quais dedicam mais tempo a “exercício físico e atividades ao ar livre” e “hobbies e jogos” (como demonstrado na tabela a seguir).

Essa tendência pode ser explicada devido à natureza das atividades de trabalho remunerado realizadas pelos indivíduos (como demonstram os dados dos quadros abaixo). Os

indivíduos incluídos nos estratos mais baixos (estratos *II e III*) realizam atividades manuais, nas quais há desgaste eminentemente físico. É compreensível que busquem atividades nas quais não são exigidos grandes esforços físicos. Já os indivíduos situados nos estratos mais altos (*IV, V e VI*) dedicam-se mais às atividades físicas dos que os outros, provavelmente devido ao fato de exercerem atividades sedentárias como trabalho remunerado e, portanto, dispõem energia em atividades físicas. Além disso, também preferem dedicar-se mais às atividades incluídas na categoria “hobbies e jogos” que, na sua maioria, envolvem custos altos, como no caso das atividades artísticas, uso de computador, prática de jogos, etc.

Atividades de Lazer - Semana						
estratos		A4	A5	A6	A7	A8
2	Média de Tempo	,7120	50,9366	10,9692	4,1367	119,5523
	N	145	145	145	145	145
	Desvio Padrão	8,97881	73,67412	44,01169	20,78172	114,09794
3	Média de Tempo	,0000	36,0327	8,0634	2,7458	110,0309
	N	122	122	122	122	122
	Desvio Padrão	,00000	50,05922	29,27788	14,08553	98,59026
4	Média de Tempo	2,2373	48,9658	12,9386	8,8247	90,7826
	N	213	213	213	213	213
	Desvio Padrão	18,43910	77,08957	32,24085	38,99946	91,35346
5	Média de Tempo	,0000	38,4798	12,3519	15,7033	102,2617
	N	23	23	23	23	23
	Desvio Padrão	,00000	53,38594	38,20122	30,26219	90,90837
6	Média de Tempo	,0000	31,3781	13,6039	11,2511	84,2663
	N	59	59	59	59	59
	Desvio Padrão	,00000	53,62403	30,41426	48,75267	74,27399
Total	Média de Tempo	1,0311	44,3822	11,4174	6,8307	102,1620
	N	563	563	563	563	563
	Desvio Padrão	12,25010	68,12278	35,08886	31,97990	98,27930

Atividades de Lazer - Fim de Semana						
estratos		A4	A5	A6	A7	A8
2	Média de Tempo	,8735	52,5671	13,1171	4,5211	124,3303
	N	152	152	152	152	152
	Desvio Padrão	9,96936	76,14572	50,15507	22,13783	113,46571
3	Média de Tempo	,0000	39,0841	8,6453	2,4149	115,7595
	N	101	101	101	101	101
	Desvio Padrão	,00000	53,57197	29,88048	12,69433	100,78297
4	Média de Tempo	2,1046	54,3101	12,6932	10,9469	98,6302
	N	210	210	210	210	210
	Desvio Padrão	18,52466	80,61681	31,37493	45,37694	94,22285
5	Média de Tempo	,0000	46,3119	10,3333	15,7016	104,2666
	N	30	30	30	30	30
	Desvio Padrão	,00000	56,72323	34,08745	30,55124	100,26167
6	Média de Tempo	,1786	31,5049	18,0835	14,3084	92,5112
	N	56	56	56	56	56
	Desvio Padrão	1,33631	51,91187	34,45738	54,34811	76,09632
Total	Média de Tempo	1,0651	48,2631	12,4867	8,2009	108,5809
	N	549	549	549	549	549
	Desvio Padrão	12,61820	71,44488	37,66250	36,26706	100,21857

7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Neuma Figueiredo. *Múltiplas temporalidades de referência: trabalho doméstico e trabalho remunerado: análise dos usos do tempo em Belo Horizonte, Minas Gerais: um projeto piloto para zonas metropolitanas brasileiras*. (apoio CNPq) Belo Horizonte. 2000. (mim.)

BOURDIEU, Pierre. “Gosto de Classe e Estilos de Vida”. In: ORTIZ, R. (Org.) – *Pierre Bourdieu*. (Grandes Cientistas Sociais, 39), pp. São Paulo: Ática. 1983.

_____. “Espaço Social e Poder Simbólico”. In: *Coisas Ditas*, pp.149-168. São Paulo: ed. Brasiliense. 1990.

DE MASI, Domenico. *A Economia do Ócio*. Rio de Janeiro: Ed. Sextante. 2001.

DUMAZEDIER, Joffre. *Questionamento Teórico do Lazer*. Porto Alegre: CELAR. 1975.

_____. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo, Ed. Perspectiva. 1976.

_____. *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1979.

_____. *A Revolução Cultural do Tempo Livre*. São Paulo: Estúdio Nobel: SESC. 1994.

GIDDENS, Anthony. “As Consequências da Modernidade”. São Paulo: Ed. Unesp. 1991.

HIRANO, Sedi. *Castas, Estamentos e Classes Sociais*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2002.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1971.

NISBET, Robert A. *The Sociological Tradition*. New York : Basic Books, 1966.

PASTORE, J. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor. 1979.

PASTORE, José; DO VALLE SILVA, Nelson. *Mobilidade Social no Brasil*. São Paulo, Makron Books, 2000.

SCALON, M. C. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: IUPERJ-UCAM.1999.

SUE, Roger. *El Ocio*. México: Fondo de Cultura Económica. 1992.

TRIOLA, M. F. *Introdução à estatística*. Rio de Janeiro: LTC Editora. 1998.

TUMIN, Melvin M. *Estratificação Social: as formas e funções da desigualdade*. São Paulo: Livraria Pioneira Ed. 1970.

VEBLEN, Thorstein. *A Teoria da Classe Ociosa: Um Estudo Econômico das Instituições*. São Paulo: Ed. Pioneira. 1965.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Ed. Martin Claret. 2001.